

PROPOSIÇÃO DE TESES PARA O II CONGRESSOS UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

IDENTIFICAÇÃO

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- (X) (I) Perfil Da Universidade e autonomia administrativa, financeira, científica e pedagógica ...
- () (II) Políticas De Ensino De Graduação ...
- () (III) Políticas De Pesquisa E Pós Graduação Em Ciência E Tecnologia ...
- () (IV) Estrutura Organizacional da UNEMAT ...
- () (V) Planejamento Institucional

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA

A centralização das decisões administrativas, financeiras e pedagógicas revelam um modelo de gestão autocrática e contrapõe aos princípios de autonomia e de gestão democrática sobre os quais devem-se efetivar os processos de gestão das instituições educacionais nos diversos níveis de ensino tais como:

1. Falta de democratização e transparência na gestão financeira da Unemat
2. Falta de conhecimento, sistematização e garantia de valor aluno ano levando em conta o princípio da equidade entre os campi e garantia de qualidade
3. Falta de planejamento equilibrado e democrático no processo de expansão da Unemat com implicações sobre o seu equilíbrio orçamentário
4. Recursos insuficientes para uma expansão de caráter inclusivo, com qualidade e responsabilidade social assumida
5. Alto índice de dependência, evasão e abandono

6. Falta de inovações no contexto das matrizes curriculares e suas práticas pedagógicas, além de variados conflitos na relação professor(a) aluno(a) especialmente nos processos avaliativos.
7. Distanciamento entre teoria e prática. Reclamações de setores e instâncias públicas quanto a atuação dos acadêmicos estagiários.
8. Falta de informações quanto a participação da Unemat nos fóruns de definições das políticas públicas de Educação Básica.
9. Ausência na região médio norte de cursos de formação inicial e continuada para formação e qualificação dos profissionais para Educação Básica Pública
10. Falta de democratização das informações e de uma política de disseminação dos saberes produzidos pela instituição
11. Falta de quadro capacitado a nível de mestres e doutores para atender a demanda atual e futura de conformidade com as metas traçadas no plano nacional e estadual de educação
12. Modelo de universidade excludente destituída do compromisso com a democratização do saber para todos e todas.

3. PROPOSTA

AUTONOMIA FINANCEIRA

- O financiamento ordinário da UNEMAT deve ser Público, oriundo do Tesouro do Estado de Mato Grosso, que deverá garantir plenamente e com qualidade, suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão tanto nas despesas correntes de pessoal e manutenção geral quanto nas despesas de capital para investimentos em infra-estrutura adequada às suas atividades fins;
- Poderá compor o orçamento da UNEMAT os recursos provenientes de programas e projetos de cooperação com o Governo Federal, Estado e Municípios, configurando recursos extraordinários, não substituindo os recursos ordinários do Tesouro Estado destinados por Lei ao financiamento da Universidade;

- A UNEMAT, através de sua direção superior, zelará pela garantia de sua autonomia, pela vinculação automática dos repasses de recursos ordinários pelo Governo do Estado, não podendo os órgãos superiores transigir desta prerrogativa sob pena de responsabilização legal;
- O recursos de financiamento da universidade deverão ter por base de cálculo, percentual legalmente instituído sobre as receitas tributárias oriundas de impostos, taxas e contribuições, além das transferências voluntárias do Governo Federal ao Estado de Mato Grosso,
- A UNEMAT poderá firmar parcerias com instituições privadas e organizações da sociedade civil para realização de projetos de interesse social, cujos resultados devem ser obrigatoriamente públicos.
- **Extinção da FAESP** e sua substituição por um **Fundo Público**, vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão, com obrigatoriedade de prestação de contas, controle público pelos conselhos superiores, editais públicos para acesso aos recursos, que devem ser destinados ao financiamento das atividades de Pesquisa e Extensão, bem como projetos especiais de Ensino nos níveis de graduação e pós-graduação.
- O financiamento deve ser para toda a universidade e não por campus: Definição de um valor aluno – ano comum aos campi levando em conta a equidade (igualdade na distribuição dos recursos levando em conta as diferenças de manutenção dos cursos nas suas funções de ensino – pesquisa e extensão)
- Estabelecer critérios para a destinação de recursos prioritários para as atividades fins (ensino, pesquisa, pós-graduação, orientação, participação em eventos acadêmicos, artísticos e culturais, publicação e extensão) meios de gestão (despesas da gestão, infra-estrutura, equipamentos, manutenção, ampliação de estruturas físicas, material de consumo, transportes, hospedagens, alimentação em reuniões) e meios de deliberação (Congressos, reuniões de conselhos e colegiados, etc.);

- O ensino, pesquisa e extensão na UNEMAT tem que ter financiamento institucional, não só pessoal ao executor e de origem externa, de modo a reforçar as estruturas básicas da instituição na realização da sua missão e metas de médio e longo prazos
- Constituir conselhos local e multicamp,(câmara de financiamento ou sub comissões de financiamento dentro da estrutura do conselho) com a participação dos vários segmentos da comunidade acadêmica e da sede administrativa para acompanhamento e controle dos recursos financeiros repassados pelas instâncias públicas ou recebidos de outras fontes
- Constituir grupos de estudos e investigação para definição de valores aluno ano levando em conta o princípio qualidade conforme a natureza formativa de cada curso
- Instituto das Licenciaturas e Instituto dos bacharelados, cada um com seus recursos próprios cf. número de cursos, alunos, professores e estruturas básicas para o funcionamento (laboratórios, campos experimentais e de visitação, bibliotecas, centros de documentação, incubadoras, empresas Junior, etc.);
- Colegiado de curso e do departamento com autonomia e recursos próprios para o desenvolvimento do ensino e atividades afins;

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA – CIENTÍFICA E PEDAGÓGICA

- Aperfeiçoar o sistema de administração definindo melhor as competências e responsabilidades de cada instância e gestor para cobrar responsabilidades legais dos gestores por falhas, omissões, desvios ou não cumprimento de metas estabelecidas pelas instâncias deliberativas;
- Departamentos com autonomia científica, pedagógica, financeira e administrativa por área de conhecimento;
- Coordenador pedagógico de curso eleito no lugar do atual chefe de departamento, coordenará e articulará o coletivo dos professores do curso nas atividades de avaliação, planejamento, monitoramento do ensino;

- Coordenador do departamento (área de conhecimento) articulará os professores nas atividades de pesquisa (linhas, programas, projetos), Pós-graduação (lato e stricto sensu) e extensão (programas, projetos e atividades);
- Chefia ou Secretaria executiva do curso e departamento será exercida por um profissional técnico do quadro permanente e qualificado;
- Assegurada a dedicação exclusiva dos professores como regime de trabalho exige-se um plano de trabalho para todos os profissionais que inclua suas atividades de ensino, pesquisa, orientação, extensão e gestão;
- Superar as contradições entre as práticas individuais e coletivas, exigindo-se responsabilidades em ambos os casos e estimulando as ações coletivas no ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação;
- Cuidar para que haja uma relação orgânica entre os PPPs dos cursos e departamentos com as políticas mais gerais dos Centros, Institutos ou unidades, pró-reitorias;
- Nos cursos de formação de profissionais licenciados e bacharéis valorizar mais os estágios práticos, ampliando a preocupação pedagógica com eles e envolvendo mais profissionais.
- Criar comissões em cada campi articulada com uma comissão central para definição de planos de expansão em cada região com a participação da sociedade organizada governamental e não governamental nas várias esferas públicas
- Criar Sub comissão extraída da comissão anterior com o papel de proceder a interlocução com as instituições governamentais das esferas governamentais federal, estadual e municipal, do poder executivo e legislativo, a fim de garantir os recursos públicos suficientes ao seu plano de expansão, bem como novas fontes de recursos públicos, tendo em vista Cumprir com as metas estipuladas para o ensino superior no âmbito do Plano Nacional, Estadual e Municipais de educação
- Criar Grupos de trabalho em cada campi para estudo e investigação das taxas de dependência e abandono com o objetivo de propor debates, conferências e fóruns para definição de uma política de Educação superior inclusiva. Cada evasão de acadêmico são recursos desperdiçados.

- Criar grupos de trabalho com a participação de todas as faculdades e departamentos, no âmbito central e local, para avaliações, reflexões e proposições de currículos comprometidos com a construção do saber, com métodos pedagógicos integradores das funções ensino-pesquisa e extensão e de natureza inter/mult e transdisciplinar..
- Repensar a política de práticas e estágios supervisionados. Maior aproximação dos acadêmicos(as) com a realidade vivenciada em suas áreas de profissionalização. Criar Grupos de Trabalho com esta finalidade.
- Democratizar as informações quanto a participação e os compromissos assumidos pela Unemat na política de formação continuada dos profissionais da Educação Pública Básica.
- Definir e executar juntamente com a Seduc uma política consistente, com aporte financeiro garantido, para formação inicial qualificação continuada e permanente, pautada nos princípios de ensino, pesquisa e extensão, destinada aos profissionais da Educação Básica Pública a fim de atender a demanda das regiões.
- Estruturar uma política de comunicação, democratizar as informações e canalizar recursos para disseminar o conhecimento produzido pela instituição de forma conectada : pesquisa e extensão
- Definir, e viabilizar de forma articulada com as instâncias governamentais do poder executivo e legislativo os recursos necessários para cumprir o plano de qualificação dos profissionais da Educação para o Ensino Superior (docentes e funcionários) da esfera estadual no Estado de Mato Grosso
- Assumir compromissos com o plano de ações afirmativas e destinar no mínimo 50% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas

DIRETERIZES DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO

- - A UNEMAT reafirma seu compromisso com as minorias, através do aprofundamento das políticas de valorização da diversidade étnico-cultural, das formas de ingresso diferenciada para grupos sociais específicos, sistemas de cotas, políticas de permanência e assistência estudantil, programas especiais de ensino e pós-graduação, em cooperação com entidades públicas, da sociedade civil, dos movimentos sociais e organizações não governamentais.
- - A UNEMAT instituirá em seu calendário, de modo permanente e com periodicidade bienal O Fórum de Pesquisa e Extensão e O Fórum de Ensino, ambos acontecendo em anos alternados/diferentes, com objetivo de divulgar as pesquisas realizadas, promover debates com a sociedade, avaliar sua política de ensino, pesquisa extensão, para ampliar a agenda de estudos sobre a realidade regional, nacional e internacional e melhoria da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação. Estes fóruns se constituirão em subsídios para as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade e envolverá toda a comunidade acadêmica, sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas.
- **Universidade - Concepção e Papel:** a Universidade é uma instituição científico-educativa de *caráter público e social* que lida com a sistematização e socialização de conhecimentos, que são referenciados na vida cultural e político-econômica, nos fenômenos e fatos da sociedade. Tem como principal papel problematizar a realidade em seus aspectos multidimensionais, fornecer elementos para melhor compreendê-la e para transformá-la, o que evidencia, portanto, a sua referência social e o caráter de utilidade pública.
- **Princípios:** democracia de acesso e permanência, reafirmando o conhecimento como propriedade coletiva e não privilégio de poucos; publicidade; qualidade técnica e política, que requer investimento financeiro e material e permanente qualificação de pessoal; gestão democrática, concebida como a capacidade de pensar e decidir coletivamente os rumos da instituição, respeitando as decisões tomadas; autonomia, entendida como o exercício da capacidade de pensar a si mesma, de se administrar e avaliar sem interferências externas, e como processo de afirmação da identidade da instituição, conforme suas especificidades e concepções político-administrativas.

- **Linhas de ação para pesquisa e extensão:** pensar o conhecimento científico no plano do desenvolvimento social, contribuindo para a redução dos índices de exclusão social; pautar seus trabalhos em um paradigma de cientificidade e desenvolvimento que não se confunda com simples postulados tecnocráticos, onde a preocupação com a ética e a equidade social esteja sempre posta. No lugar de uma ciência explicativa e causal, uma ciência interpretativa, que possibilite uma maior compreensão do mundo em que vivemos e indique elementos para enfrentamento das problemáticas nele configuradas. Fortalecer e ampliar a prática da pesquisa como princípio integrador do processo de ensino-aprendizagem . Dimensionar as ações de pesquisa e extensão a partir das áreas de conhecimento estruturadas em seu interior, sem privilegiar uma área em detrimento de outras, articular projetos de modo a possibilitar a integração de conhecimentos e a potencialização de recursos financeiros. Rever os atuais “corredores” e “biomas” estabelecidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa, refletindo se realmente a proposta de articulação da pesquisa da Unemat com o MT+20 corresponde ao nosso projeto de universidade (??). Implementar um sistema permanente de avaliação interna e externa visando a promoção da melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.
- **Linhas de ação para o ensino:** para ser coerente com a concepção de universidade explicitada anteriormente, a UNEMAT, através da Pró-Reitoria de Ensino precisa estabelecer como diretrizes dos cursos de formação profissional:
 - a concepção de formação numa dimensão ampla, que extrapole a simples aquisição de domínio técnico de determinada área de conhecimento e que incorpore os aspectos políticos, éticos, estéticos e humanos; que postule a construção da capacidade de ação crítica e autônoma dos estudantes em sua prática social....
 - o currículo globalizado, que possibilite a articulação entre as áreas de conhecimento, e evidencie a natureza interdisciplinar e multidimensional do conhecimento científico, fruto das relações sócio-culturais e econômicas do ser humano; cada disciplina não tem valor apenas em si mesma, mas na totalidade do conhecimento e da formação que se vislumbra...

- a ênfase no aspecto pedagógico por parte dos cursos de licenciaturas, uma vez que o objetivo é a formação de professores, e a profissionalidade docente não pode prescindir da dimensão pedagógica e metodológica que caracteriza a ação docente, sem descuidar das especificidades dos conteúdos técnicos de cada área de formação...
- o rigor e a seriedade na organização e desenvolvimento do ensino são condicionantes essenciais da qualidade dos cursos de formação, que passa pela significativa seleção dos conteúdos (vínculo com a prática social e cultural) e pela adoção de métodos de ensino que possibilitem a comunicação interativa e indagadora entre sujeitos do conhecimentos e mundo social do trabalho, portanto, que permitem articular conteúdos programáticos e realidade atual, explorando suas contradições e conflitos, num processo dinâmico que se assenta nos princípios da educação crítica e transformadora.
- A avaliação de ensino e aprendizagem como mecanismo de acompanhamento e análise do desempenho acadêmico, e de redimensionamento do trabalho pedagógico; deve se pautar em critérios previamente estabelecidos e acordados entre professores e estudantes, ser processo transparente, os resultados da avaliação devem ser periodicamente socializados com os alunos...
- O Estágio Supervisionado é concebido como componente curricular do Projeto Político Pedagógico de cada Curso, elemento indissociável do processo de formação profissional devendo ser assumido como compromisso coletivo. O Estágio Supervisionado é o momento de efetivar, sob a orientação e supervisão do professor, um processo de ensino-aprendizagem que possibilitará ao licenciando vivenciar e atuar em espaços escolares e não escolares, preparando-o para a futura atuação profissional. As atividades do Estágio Supervisionado serão articuladas e fomentadas pelo Centro Integrado de Estágio Supervisionado – CIES, estruturado em cada campus universitário, exceto nos campi com menos de dois cursos de licenciatura. A jornada de trabalho do professor de estágio supervisionado tem como parâmetro em regime de Tempo Integral em Dedicção Exclusiva, compreendendo atividade de ensino na disciplina de Estágio constante no semestre, orientação, supervisão e acompanhamento aos estagiários, atividade de pesquisa e/ou extensão.

4. RESUMO

4. Autores.

1. Anézio (Sinop)
2. André Milhomem (Colider)
3. Dirceu da Silva (Sinop)
4. Denizalde Pereira (Sinop)
5. Domingos Sávio Garcia (Cáceres)
6. Edir Antonia de Almeida (Cáceres)
7. Egeslaine (Colider)
8. Enoque Jonatas Ferreira Paulino dos Santos (Tangará da Serra)
9. Edna Luzia Almeida Sampaio (Cáceres)
10. Ilma Ferreira Machado (Cáceres)
11. Ivone Cella da Silva (Sinop)
12. Ilza Nunes da Cunha Polini (Sinop)
13. Jaqueline Pasuch (Sinop)
14. João Ivo Puhl (Cáceres)
15. Josete Maria Cangussu Ribeiro (Tangará da Serra)
16. Kilwangy kya Kapitango-a-Samba (Barra do Bugres)
17. Leandra Inês Segarfrdo Santos (Sinop)
18. Leni Hack (Cáceres)
19. Maria de Fátima Castilho (Sinop)
20. Maria Ivonete de Sousa (Sinop)
21. Marinês da Rosa (Tangará da Serra)
22. Otávio (Cáceres)
23. Paulo Alberto Vieira (Cáceres)
24. Raimundo Nonato Cunha de França (Tangará da Serra)

- 25. Raquel (Colider)
- 26. Regis Queiroz Gonçalves
- 27. Tiago (Sinop)